



MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGENCIA

<b>CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
Nos termos do Art. 4º, II, do Ato regulamentar 47/2021			
<b>Identificações obrigatórias</b>	<b>Base legal</b>	<b>Item</b>	<b>Fls.</b>
Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificação de marca, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.	Art. 3º, II, Lei 10520/2002, Art. 9º, I, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 2º, III, Portaria 666/2003-PGJ/MA, Art. 8º, I, Dec 3555/2000, Art. 21, II, Lei 14.133/21	2	1
Justificativa da necessidade da contratação	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, II, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 2º, I, Portaria 666/2003-PGJ/MA, Art. 8º, III, "b", Dec 3555/2000, Art. 21, I, Lei 14.133/21.	2	1
Avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, juntado aos autos, com estimativa do valor em planilhas de acordo com o preço de mercado.	Art. 3º, III, Lei 10520/2002, Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 2º, III, Portaria 666/2003-PGJ/MA, Art. 8º, II, Dec 3555/2000	17	14
Definição dos métodos e estratégias de suprimento	Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 8º, II, Dec 3555/2000	6	8
Cronograma físico-financeiro, se for o caso	Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 8º, IV, Dec 3555/2000	-	-
Critério de aceitação do objeto	Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	6	8
Deveres da contratante	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	9	10
Deveres da contratada	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	10	10 a 11
Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato	Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	13	13 a 14
Prazo de execução	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 8º, II, Dec 3555/2000	6	8
Sanções, de forma clara, concisa e objetiva	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, § 2º, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	12	12 a 13
Aprovação do termo de referência pela autoridade competente	Art. 9º, II, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	-	14

03/04/2024

Major QOPM Regina Cláudia dos Santos Gomes  
Chefe da Seção de Segurança Institucional - CAEI/PGJ-MA